



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019720-62.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil**
 Requerente: **Omni Arrendamento Mercantil SA**
 Requerido: **Norberto Aparecido Camilo**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

OMNI ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A propõe ação de reintegração de posse e reparação de danos contra **NORBERTO APARECIDO CAMILO**. Alega, em síntese, que celebrou com o requerido o contrato de arrendamento nº 2.00358.0000001.14, referente ao veículo **MERCEDES-BENZ**, L-1113, ano 1981, Placas **HQN0995**, chassi 00034403312527679, cor **VERMELHA**. Ocorre que o réu, mesmo notificado do débito, deixou de efetuar os pagamentos a partir da décima terceira parcela, vencida em 20/07/2015. Pede a concessão da posse e propriedade do bem.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 03/28.

Liminar concedida à fl. 29.

O requerido foi citado quando do cumprimento da liminar (fl. 54), deixando o prazo de defesa transcorrer em branco (fl. 55).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Passo ao julgamento, conforme autoriza o artigo 355, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.

A autora ajuizou a presente ação objetivando a apreensão de um veículo que cedeu ao requerido mediante contrato de arrendamento mercantil.

Com a inicial, apresentou o contrato firmado entre as partes (fls. 06/11) e a notificação extrajudicial entregue ao réu (fls. 12/13).

A inadimplência do requerido acarretou no vencimento antecipado e a rescisão do contrato celebrado entre as partes.

Diante da revelia do réu, tornaram-se incontroversos os fatos deduzidos na inicial e, em se tratando de direitos disponíveis, deve ser aplicado o disposto no artigo 344 do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Desse modo, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autora, notadamente a inadimplência do requerido, que descumpriu obrigação contratual.

Sobre a cobrança das parcelas em atraso, não é possível discutir o valor, sendo inadequada a via eleita para deduzir pretensão revisional.

Posto isso, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, confirmando a liminar, e extinguindo o processo com apreciação do mérito, com base no art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, declarando rescindido o contrato firmado entre as partes por culpa do requerido, consolidando no patrimônio do autor a posse e a propriedade do veículo descrito na inicial.

CONDENO o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, assim como honorários advocatícios do patrono do autor, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

Façam-se as comunicações e anotações necessárias.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.C.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 08 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**